MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 1º Semestre/2011
Prova A3

Nro. Inscrição:

Parte I – Prova Objetiva

1. **Quanto à resolução dos contratos por onerosidade excessiva, é correto afirmar que:**
a) nos contratos de execução continuada, tornando-se a prestação de uma das partes excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, o contrato será resolvido de pleno direito.
b) nos contratos de execução continuada, tornando-se a prestação de uma das partes excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, o contrato será resolvido, ainda que o credor se disponha a modificar as suas condições com vistas a restabelecer o equilíbrio das prestações.
c) nos contratos de execução continuada, tornando-se a prestação de uma das partes excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, o contrato poderá ser resolvido a pedido do devedor.
d) independe das circunstâncias que deram causa ao desequilíbrio, sendo cabível desde que se demonstre a excessiva vantagem a favor da outra parte, em respeito ao princípio da boa-fé.

2. **Indique a alternativa correta.**
a) Embora intransmissíveis em sua essência, os efeitos patrimoniais dos direitos de personalidade são transmissíveis.
b) A lei não poderá prever exceção que permita a transmissibilidade e eventual renúncia dos direitos de personalidade.
c) A expressão econômica dos direitos de personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis.
d) Os direitos de personalidade com expressão econômica podem ser penhorados.

3. **Assinale a alternativa correta em relação a "RESPONSABILIDADE CIVIL":**
a) O incapaz responde pelos prejuízos que causar ainda que as pessoas por ele responsáveis tiverem a obrigação de fazê-lo e dispuserem de meios suficientes.
b) A desproporção entre a gravidade da culpa e o dano pode ser critério hábil a intervir no quantum indenizatório.
c) O Código Civil de 2002 excluiu a regra da responsabilidade objetiva.
d) A absolvição por ausência de provas no Juízo Criminal isentará o agente da responsabilidade civil.

4. **De acordo com o Código Civil Brasileiro, quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa, configurar-se-á:**
a) dolo específico e irreversível.
b) negócio jurídico impossível.
c) fraude contra credores.
d) o estado de perigo.

5. **No que tange à teoria geral dos contratos, assinale a alternativa INCORRETA:**
a) a boa-fé objetiva é tridimensional, apresenta função interpretativa, de controle e integrativa.
b) o princípio do pacta sunt servanda foi relativizado pelas cláusulas gerais da boa-fé objetiva e da função social do contrato.
c) a liberdade de contratar no Direito brasileiro é absoluta, não comportando qualquer limitação.
d) a função social do contrato, expressamente prevista no Código Civil, diz respeito às relações jurídicas dos contratantes com a sociedade, impondo limitação à liberdade de contratar.

6. **Assinale a alternativa correta.**
a) É possível o aditamento do pedido, antes da citação do réu, sem custas para o autor.
b) É possível a alteração do pedido após o saneamento do processo, com o consentimento do réu.
c) É admissível a cumulação de pedidos incompatíveis entre si.
d) É possível a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que de procedimentos diversos, se o autor empregar o rito ordinário.

7. **Assinale a alternativa CORRETA:**
a) Pelo princípio tempus regit actum as lei processuais são de efeito imediato frente aos feitos pendentes.
b) Pelo princípio tempus regit actum as lei processuais são retroativas.
c) Pelo princípio tempus regit actum as lei processuais são de efeito imediato, mas não atingem os feitos pendentes.
d) Pelo princípio tempus regit actum as lei processuais atingem apenas feitos futuros.

8. **A citação válida:**
a) torna prevento o Juízo, induz litispendência, torna litigiosa a coisa, mas se ordenada por Juízo incompetente não constitui em mora o devedor.

b) mesmo se ordenada por Juízo incompetente constitui em mora o devedor, mas não interrompe a prescrição.
c) não se dará se o demandado comparecer espontaneamente em Juízo.
d) interrompe a prescrição.

9. **Assinale a alternativa correta.**
a) Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, o juiz deverá decretá-la, se for requerida pela parte que lhe deu causa.
b) A nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras, que dela sejam dependentes.
c) Pelo princípio da instrumentalidade, quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
d) Pelo princípio da preclusão, um ato nulo será considerado sanado se a parte deixar de manifestar-se contra o modo como foi praticado.

10. **Assinale a alternativa INCORRETA:**
a) A incompetência relativa é arguida por meio de exceção.
b) A incompetência absoluta pode ser arguida a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.
c) A incompetência relativa pode ser reconhecida de ofício pelo juiz.
d) Não oposta a exceção de incompetência relativa no prazo legal, o juízo torna-se competente.

11. **Não cabe ao Ministério Público, nos termos da Constituição da República de 1988**
a) a defesa da ordem jurídica.
b) a defesa do regime democrático.
c) a defesa dos interesses privados.
d) a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

12. **São princípios institucionais do Ministério Público, assinale a incorreta:**
a) a unidade e a indivisibilidade.
b) a indivisibilidade e a independência funcional.
c) a unidade e a independência funcional.
d) a unidade e a interrelação ministerial.

13. **Para o exercício de suas atribuições, poderá o Ministério Público da União, nos procedimentos de sua competência:**
a) notificar testemunhas, mas não pode requisitar, em caso de ausência injustificada, sua condução coercitiva
b) requisitar o auxílio de força policial
c) ter acesso, de forma condicionada, a qualquer banco de dados de caráter público, em face da garantia do sigilo assegurada pela Constituição Federal
d) requisitar informações e documentos, apenas a entidades públicas.

14. **O Procurador-Geral da República é nomeado:**
a) pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de um ano, permitida a recondução.
b) pelo Presidente da República dentre cidadãos, maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, sendo vedada a recondução.
c) pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pelo voto de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, para mandato de um ano, permitida a recondução.
d) pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

15. **Assinale a alternativa INCORRETA:**
a) membro do Ministério Público será civil e criminalmente responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar
b) Nenhuma autoridade poderá opor ao Ministério Público, sob qualquer pretexto, a exceção de sigilo, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação, do registro, do dado ou do documento que lhe seja fornecido
c) A falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa
d) O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais e extrajudiciais podendo, mas não tem livre acesso aos estabelecimentos policiais, apenas aos prisionais.

16. **Assinale a alternativa incorreta: São cargos privativos de brasileiro nato:**
a) Presidente e Vice-Presidente da República
b) Membro da Carreira Diplomática
c) Ministro de Estado da Defesa
d) Ministro do STJ

17. **Assinale a alternativa Incorreta: Assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, é dever:**
a) do Estado
b) da Sociedade
c) da Família
d) do Conselho Tutelar

18. **Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público:**
a) preservar e restaurar todos os processos ecológicos
b) definir, em algumas unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos
c) exigir, para a instauração de qualquer atividade degradadora do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental

d) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País

19. **O direito à proteção especial assegurado à criança e ao adolescente, compreende:**
a) idade mínima de 16 anos para admissão ao trabalho
b) garantia de direitos assistenciais
c) garantia de relativo conhecimento da atribuição de ato infracional
d) o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento

20. **Quanto aos direitos fundamentais podemos afirmar que:**
a) são exemplos de direitos de terceira dimensão os direitos econômicos, culturais, sociais e trabalhistas
b) os direitos fundamentais de primeira dimensão são também denominados direitos de defesa
c) direitos ao meio ambiente saudável e direito fundamental de segunda geração
d) direitos fundamentais de quinta geração são os que resultam da globalização política, como por ex. A democracia

21. **O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização:**
a) das comunidades afetadas
b) do Congresso Nacional
c) do Senado Federal
d) do Conselho de Defesa

22. **Acerca dos partidos políticos, assinale a opção correta:**
a) os partidos políticos têm autonomia para a definição de sua estrutura interna, sua organização e seu funcionamento, bem como para o recebimento de recursos financeiros de procedência estrangeira
b) somente após o reconhecimento da personalidade jurídica na forma da lei civil, o partido político pode promover o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral
c) os partidos políticos tem direito a recursos do fundo partidário e acesso remunerado ao rádio e à televisão
d) A CF/88 veda a fusão de partidos políticos

23. **Compete privativamente à União legislar sobre:**
a) organização judiciária, do Ministério Público e da defensoria Pública do Distrito Federal e dos territórios, bem como organização administrativa destes
b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos
c) os portos marítimos, fluviais e lacustres
d) produção e consumo

24. **Assinale a opção que não contém penalidade proibida constitucionalmente entre nós:**
a) pena de morte somente em caso de guerra declarada
b) pena de caráter perpétuo
c) pena de trabalhos forçados
d) pena de banimento e cruéis

25. **O conceito de casa ou domicílio nos termos do art. 5º, inc. I da CF/88:**
a) é bem menos abrangente do que o conceito de domicílio do Direito Civil
b) não inclui a casa de praia que o indivíduo ocupe esporadicamente
c) inclui o escritório profissional
d) abrange a parte aberta ao público de um bar ou de um restaurante

26. **Considera-se:**
a) culpa inconsciente aquela sem previsão, em que o agente não prevê o que era previsível.
b) culpa mediata aquela em que o agente produz diretamente um resultado.
c) culpa própria aquela em que o agente, por erro de tipo inescusável, supõe estar diante de uma causa de justificação que lhe permita praticar, licitamente, fato típico.
d) culpa consciente aquela em que o agente aceita o resultado que possa advir da prática ilegal.

27. **Assinale a alternativa correta:**
a) O erro de tipo essencial sempre exclui o dolo e não permite a punição por crime culposo.
b) O erro de proibição direto ocorre quando o agente se engana a respeito da norma proibitiva e o indireto, quando o agente supõe equivocadamente que prática uma conduta lícita.
c) O erro de proibição evitável exclui a culpabilidade, impedindo a punição por dolo ou culpa, eis que não há crime sem culpabilidade.
d) Erro de tipo incriminador e erro de tipo permissivo têm a mesma natureza e produzem as mesmas conseqüências.

28. **Qual a principal conseqüência do reconhecimento do arrependimento posterior nos crimes patrimoniais?**
a) o arrependimento posterior tem como conseqüência demonstrar a falta de tipicidade da ação delitiva;
b) o arrependimento posterior provoca, se reconhecido, uma redução obrigatória da pena, nos limites variáveis entre um terço e dois terços;
c) a principal conseqüência do reconhecimento do arrependimento posterior é a demonstração da inexigibilidade de conduta diversa;
d) opera-se, com reconhecimento do arrependimento posterior, a desclassificação da conduta delituosa de dolosa para culposa;

29. **Para que se configure o conflito aparente de normas é necessária a presença de certos elementos que são, dentre outros:**
a) Unidade do fato unidade e concurso de pessoas.
b) Unidade do fato e aparente aplicação de normas à espécie.
c) Pluralidade do fato e concurso material
d) Unidade do fato e concurso formal.

30. **Considerando o artigo 109, IX, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:**

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

IX - os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

a) se ocorre um crime de furto em avião da TAM, que faz a rota São Paulo – Paris, enquanto a aeronave sobrevoa o oceano Atlântico, em espaço aéreo internacional, aplica-se a lei brasileira;

b) se ocorre um crime de furto em avião da TAM, que faz a rota São Paulo – Paris, enquanto a aeronave sobrevoa o oceano Atlântico, em espaço aéreo internacional, aplica-se a lei francesa;

c) se ocorre um crime de furto em avião da empresa francesa Air France, enquanto a aeronave está pousada no aeroporto do Galeão (RJ), aplica-se a lei francesa;

d) se ocorre um crime de furto em avião da empresa francesa Air France, enquanto a aeronave está pousada no aeroporto do Galeão, aplica-se o Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional, e disciplina as questões que envolvem mais de um país.

31. **Em virtude da teoria adotada no sistema penal pátrio quanto ao tempo do crime (Código Penal, art. 4º), é INCORRETO afirmar que:**

a) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ou no momento do resultado.

b) É considerado inimputável o menor de 18 anos que iniciou um crime que só fora consumado à época de sua maioridade penal.

c) A doutrina e a jurisprudência consideram que é possível a aplicação da lex gravior nos casos de crime continuado e de crime permanente quando sua vigência for anterior à cessação da continuidade e da permanência.

d) A regra geral do art. 4º não se aplica ao termo inicial do prazo prescricional do crime, sendo este último contado apenas a partir da consumação do crime.

32. **De acordo com a eficácia da lei penal no tempo, marque a alternativa correta.**

A Lei 11466, de 2007 incluiu no Código Penal o artigo 319-A, que diz:

Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo: (Incluído pela Lei nº 11.466, de 28.03.2007).

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

a) Se o diretor de estabelecimento prisional responde a Ação penal pelo crime do artigo 319-A, por fato ocorrido em 23/02/2008, e, no curso da Ação penal, entra em vigor lei penal que prevê sanção mais grave, ocorre abolitio criminis.

b) Se o diretor de estabelecimento prisional responde a Ação penal pelo crime do artigo 319-A, por fato ocorrido em 23/02/2008, e, no curso da Ação penal, entra em vigor lei penal que prevê sanção mais grave para a mesma conduta, o juiz aplicará na sentença a sanção mais grave;

c) Se o Diretor do Estabelecimento prisional, em 27/12/2006, permite que o preso Sansão, permaneça com aparelho celular para se comunicar com sua companheira Dalila, no momento do fato há um indiferente penal e o fato é atípico.

d) Se o Diretor do Estabelecimento prisional, em 27/12/2006, permite que o preso Sansão, permaneça com aparelho celular para se comunicar com sua companheira Dalila, ele responderá pelo crime do artigo 319-A porque agora há norma penal punindo a conduta.

33. **Com relação às espécies de crime omissivo, pode-se dizer que:**

a) o crime omissivo próprio consuma-se com a simples infração da ordem ou dever de agir, caso haja concreto resultado.

b) o crime omissivo próprio consuma-se com a simples infração da ordem ou dever de agir, independentemente do resultado.

c) o crime omissivo impróprio consiste na transgressão da lei penal em virtude de caso fortuito.

d) o crime omissivo impróprio existe quando o agente deixa de praticar a conduta com supedâneo em lei especial.

34. **Em se tratando dos tipos penais, a incongruência por excesso subjetivo (ou congruência assimétrica por excesso subjetivo) se verifica:**

a) nos casos de tentativa (em que é acidental), ou nas hipóteses de existência de elementos subjetivos do tipo diversos do dolo;

b) nos casos de tentativa inidônea ou inadequada;

c) nas hipóteses de excesso culposo na legítima defesa própria;

d) nos casos dos crimes preterdolosos ou preterintencionais;

35. **De acordo com o princípio da legalidade, assinale a alternativa correta:**

a) Resolução do Conselho Nacional de Justiça – CNJ pode criar norma incriminadora para punir magistrados;

b) Resolução do Tribunal Superior Eleitoral pode prever norma penal eleitoral;

c) Lei Delegada pode versar sobre direito penal;

d) Lei Complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questão específica de direito penal;

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

PROVA A3

	A	B	C	D			A	B	C	D	
01			■		C	19				■	D
02	■				A	20	■				A
03		■			B	21		■			B
04				■	D	22		■			B
05			■		C	23	■				A
06				■	D	24	■				A
07	■				A	25			■		C
08				■	D	26	■				A
09			■		C	27			■		C
10			■		C	28		■			B
11			■		C	29		■			B
12				■	D	30	■				A
13		■			B	31	■				A
14				■	D	32			■		C
15				■	D	33		■			B
16				■	D	34	■				A
17				■	D	35				■	D
18				■	D						